

## **ATO CONVOCATÓRIO**

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 007/2025/SAMAE** **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAE**

**TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, COM IP EXCLUSIVO E ALTA DISPONIBILIDADE, COM 200 MBPS (DUZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO DE VELOCIDADE), FULL DUPLEX E A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DADOS/INTERCONEXÃO L2L ENTRE A SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE E SUAS UNIDADES, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL.**

**EDITAL**

<p><b><u>PREGÃO ELETRÔNICO</u></b> <b><u>Nº. 005/2025/SAMAE</u></b></p> <p><b>MODO DE DISPUTA: ABERTO</b></p>		<p><b>Data de Abertura:</b> 28/03/2025 às 09h00m (horário de Brasília/DF), no site: <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a></p>	
<p><b>OBJETO</b></p>			
<p><b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, COM IP EXCLUSIVO E ALTA DISPONIBILIDADE, COM 200 MBPS (DUZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO DE VELOCIDADE), FULL DUPLEX E A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DADOS/INTERCONEXÃO L2L ENTRE A SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE E SUAS UNIDADES, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL.</b></p>			
<p><b>Registro de Preços</b></p>	<p><b>Vistoria</b></p>	<p><b>Instrumento Contratual</b></p>	<p><b>Forma de Adjudicação</b></p>
<p><b>NÃO</b></p>	<p>FACULTATIVO</p>	<p>SIM</p>	<p><b><u>MENOR PREÇO POR LOTE</u></b></p>

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Os documentos/ requisitos de habilitação encontram-se especificados no **ITEM 7** do instrumento convocatório.

<b>Lic. Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserv. Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra / Dem.?</b>
<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>

**PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA/HABILITAÇÃO**

Até às **09h00m** (horário de Brasília/DF) do dia **28/03/2025** (data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública).

**Pedidos de Esclarecimentos**

Até o dia **26/03/2025**, a serem enviados **através do sistema LICITANET** no site <https://www.licitanet.com.br> (até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública).

**Impugnações**

Até o dia **26/03/2025**, a serem enviadas **através do sistema LICITANET** no site <https://www.licitanet.com.br> (até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública).

**Observações Gerais**

**Fazem parte deste Edital: O Termo de Referência e demais anexos**, que encontram-se disponíveis no site do SAMAE e [www.samaetga.com.br](http://www.samaetga.com.br) e no site da LICITANET [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 007/2025/SAMAE**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAE**

**1 – PREÂMBULO**

**1.1. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ nº 06.068.089/0003-04, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** que se subordinam às normas gerais da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 110/2023, além das demais disposições legais aplicáveis, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2. O PREGÃO ELETRÔNICO** será realizado em sessão pública, **via INTERNET**, em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) integrante do quadro da Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), denominado(a) o(a) Pregoeiro(a), através do Portal LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

**2 – DAS INFORMAÇÕES GERAIS DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.1. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, COM IP EXCLUSIVO E ALTA DISPONIBILIDADE, COM 200 MBPS (DUZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO DE VELOCIDADE), FULL DUPLEX E A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DADOS/INTERCONEXÃO L2L ENTRE A SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE E SUAS UNIDADES, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL**, nas especificações técnicas e quantidade constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital.

**2.2.** Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da sessão pública de pregão eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

DIA: **28/03/2025**

HORÁRIO: **09h00m** (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

Pregoeira oficial: **Taliara Teixeira Sguarezi**

Pregoeiro em substituição: **Weder José Ferreira Leite**

**2.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão **obrigatoriamente o horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**2.3.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema.

**2.4. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada nos seguintes endereços eletrônicos:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e [www.samaetga.com.br](http://www.samaetga.com.br).

**2.5.** A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante, conforme Item 3 do Edital.

**2.6.** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

**2.7.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema LICITANET, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.8.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.9.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**2.10.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**2.11.** No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas**, após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**2.12.** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

**2.13.** Somente após o encerramento do envio de lances e mediante convocação, os documentos complementares à proposta e à habilitação, que se julgarem necessários a critério do pregoeiro, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, observado o prazo de 02 (duas) horas.

**2.13.1.** Em casos excepcionais, mediante justificativa o Pregoeiro poderá ampliar o prazo de recebimento dos documentos em virtude de não prejudicar o interesse público.

**2.14** Conforme o disposto no Art. 64 da Lei 14.133/2021, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- c) Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**2.15** Ao pregoeiro cabe somente a responsabilidade de parcela de poder decisório que se circunscreve às decisões necessárias no curso do processo da licitação, ou seja, dos atos da sessão pública e decorrentes desta.

### **3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Estarão aptos a participar do presente **PREGÃO ELETRÔNICO** todos os interessados que preencherem os requisitos e, condições previstas neste edital e, seus anexos, bem como nas demais legislações pertinentes.

**3.2.** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” junto ao Sistema LICITANET, através do site <https://licitanet.com.br/>.

**3.3.** A participação na sessão pública da internet ocorrerá por meio do acesso de operador do pregão e o encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços em nome do licitante somente se dará mediante prévia definição e utilização de senha privativa.

**3.4.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**3.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Administração, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.6.** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente via de Home Broker, através da LICITANET, devendo a licitante, por meio de seu operador designado, manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**3.7.** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da LICITANET.

**3.8.** O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do licitante ou suspensas por inadimplência do licitante junto à plataforma.

**3.9.** Informações complementares para credenciamento junto ao sistema eletrônico poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail [licitacao@samaetga.com.br](mailto:licitacao@samaetga.com.br).

**3.10.** Poderão participar deste certame empresas legalmente estabelecidas, atuante no ramo do objeto a ser fornecido, e que satisfaçam às demais exigências deste Edital e seus anexos.

**3.11 DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ME/EPP/MEI:**

**3.11.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar n° 123, de 2006.

**3.11.2.** Para que possam participar do presente pregão de acordo com os enquadramentos da Lei Complementar 123/2006, bem como gozar dos demais benefícios previstos na referida lei, deverão, no campo próprio trazido pelo sistema, manifestar cumprir plenamente os requisitos para classificação como microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP) ou ainda o microempreendedor individual (MEI), nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

**3.11.3.** Além da obrigatoriedade de, no momento do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate, conforme Art. 44 e 45, da LC 123/2006, a empresa que quiser usufruir dos demais benefícios concedidos pela lei supracitada, deverá apresentar declaração e comprovar tal situação apresentando todos os documentos Cláusula Sétima deste Edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente, para fins de habilitação.

**3.11.4. A falta de identificação no sistema, antes de envio da proposta, conforme estabelecido no item anterior acarretará em preclusão dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.**

**3.11.5.** A não apresentação dos documentos mencionados nos Itens 3.11.2 e 3.11.3 configurará renúncia aos benefícios da citada legislação, conforme descrito no item acima.

**3.11.6.** Cabe ao pregoeiro, se necessário, a faculdade de realizar consultas para ratificar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte das empresas participantes.

**3.11.7.** Nos termos do artigo 43 da LC 123/2006, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**3.11.8.** A declaração falsa relativa ao enquadramento na Lei 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

**3.11.9.** A empresa que recair nas vedações acima será inabilitada.

**3.12.** A omissão de informações por parte da empresa ou a declaração falsa quanto aos cumprimento dos requisitos de habilitação, independentemente de seu enquadramento, ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

**3.13.** A participação da licitante no presente pregão eletrônico implica na ciência e responsabilidade acerca de todas as condições de participação, assim como implica na responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

**3.14. NÃO PODERÃO disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**

a) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº Lei 14.133/2021.

b) Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos.

c) Pessoa física ou jurídica de origem estrangeira que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

d) Que se encontre em processo de insolvência, dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação; decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial. Todavia, as empresas em recuperação judicial que tiverem interesse de participação deverão providenciar decisão judicial autorizando sua participação em licitação;

e) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**e.1)** O impedimento de que trata o Item “e” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

f) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

g) Agente público do órgão ou entidade licitante;

**g.1)** A vedação de que trata o Item “g” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

h) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

- i) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- j) Sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- k) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU/Plenário).
- l) Empresas integrantes de um mesmo grupo econômico.
- m) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- m.1)** Considerando a natureza e complexidade do objeto a ser licitado, verifica-se que diversas empresas possuem capacidade de fornecer o objeto em questão, de modo que a não há necessidade da participação de consórcio e a ausência deste não trará prejuízos à competitividade do certame, buscando-se de fato o oposto disto, visando afastar a restrição à competição.

**3.14.1** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os Itens “h” e “i” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.14.2** O disposto nos Itens “h” e “i” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.14.3** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.14.4.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.14.5.** Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto ao SAMAÉ no presente certame, sob pena de exclusão de todas as licitantes representadas.

#### **4 – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** A licitante encaminhará, exclusivamente por meio do sistema ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

- 4.2.** A licitante deverá enviar sua proposta **mediante o preenchimento no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:
- a) Valor unitário e total do item;
  - b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações correspondentes às especificações do Termo de Referência;
  - c) Marca; (Se for o caso)
  - d) Fabricante. (Se for o caso)

**4.2.1. A proposta de preços que contenha qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta.**

**4.2.1.1** Em se tratando de produtos de fabricação da empresa, os campos marca e modelo deverão ser preenchidos sem identificar o titular da proposta; (Exemplo: a palavra “**marca própria**”).

**4.2.2** Quando o objeto da licitação for referente a **prestação de serviços**, não há necessidade de preenchimento do campo “marca” e “fabricante”.

**4.3.** As propostas poderão o ser inseridas, substituídas ou excluídas até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública.

**4.4.** No preço proposto estarão inclusas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto: tributos, salários, seguros, impostos, taxas, contribuições, e outros benefícios e encargos exigidos por lei, os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**4.5.** A proposta de preços terá **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.



**4.6.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

**4.7.** O envio da proposta digital pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

**4.8.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Bem como a licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico.

**4.9. No momento do cadastramento da proposta inicial,** o licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, **DECLARAR QUE:**

**a) Inexiste fato superveniente impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública,** ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente. (Art. 14, inciso III da Lei 14.133/2021);

**b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz,** nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição. (Art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021);

**c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,** previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021

**d) As propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.** (Art. 62, § 1º da Lei 14.133/2021);

**e) O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;**

**f) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e as propostas estão em conformidade com as exigências do Edital e seus anexos, bem como responde pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.** (Art. 63, inciso I da Lei 14.133/2021);

**g) Em seu quadro de pessoal NÃO existe colaborador/empregado que que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.** (Art. 14, inciso IV da Lei 14.133/2021);

**h) O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

**h.1) Nos itens/lotes exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item/ lote;**

**h.2) Nos itens/lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.**

**4.9.1** O licitante que apresentar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas neste edital e anexos.

**4.10.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e mediante convocação.

## **5 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**5.2.** Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas em conformidade com as exigidas no Termo de Referência, registrando no sistema.

**5.3.** Será desclassificada a proposta que identificar o licitante.

- 5.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.
- 5.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.6.** Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), conforme Edital.
- 5.7.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignado no registro de cada lance.
- 5.8.** A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 5.9.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 5.10.** Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Pregoeiro poderá realizar a exclusão deste, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 5.10.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item/lote;
- 5.10.2.** O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta desclassificada na fase de aceitabilidade
- 5.11.** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.
- 5.12.** Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.13.** Neste Pregão o modo de disputa adotado é o **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. Nos termos do disposto a seguir:
- 5.13.1.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.1.1.** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 5.13.1.2.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 5.14.** O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,10 (dez centavos), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
- 5.15.** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 5.15.1.** O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 5.16.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).
- 5.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 5.18.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



**5.19. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando durante a fase de lances, sob pena de serem desclassificadas do certame.**

**5.20. DA APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

**5.20.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

**5.20.1.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

**5.20.1.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**5.20.1.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

**5.20.1.4.** A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006;

**5.21.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

**6 – DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**6.1.** Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada, para que seja obtido melhor preço, ou ajustá-lo ao valor estimado para a contratação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

**6.2.** A negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado devido à sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.5.** Após a negociação, será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos para registro de intenção recursal acerca dos acontecimentos ocorridos durante esta fase, cujas razões somente serão apresentadas após o encerramento da sessão.

**6.5.** O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item/lote cujo preço seja superior ao estimado pela Administração.

**6.6.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (modelo anexo II), necessariamente da acompanhada da Planilha Orçamentária de Composição de Custos, quando for o caso.**

**6.7.1.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.8.** O licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro, no prazo previsto, será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

**6.9.** O pregoeiro poderá solicitar prospecto/folder/catálogo/encartes/ folhetos técnicos ou links oficiais do objeto, objetivando avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado;

**6.10.** Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo Pregoeiro, por meio do CHAT MENSAGEM;

**6.11.** Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital

**6.12.** Cumpridas as etapas anteriores, o Pregoeiro verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

**6.13.** No Julgamento será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.13.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.13.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

**6.13.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.13.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.13.5.** Apresentar desconformidade com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.13.6.** Não realizar as correções nas suas propostas, quando solicitado pelo agente de contratação;

**6.14.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.14.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

**6.14.2.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 60% (sessenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.14.3.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a) (a), que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.15.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o pregoeiro poderá solicitar a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.16.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.16.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.17.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.35.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.35.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime e correções nos valores da planilha desde que não haja majoração no preço global ofertado.

**6.18.** O pregoeiro poderá solicitar a correção de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis, podendo solicitar auxílio da equipe de apoio, se for o caso.

**6.19.** É vedada a apresentação de preços unitários e totais acima dos valores previstos no orçamento da Administração, nesses casos será oportunizado que a licitante realize a correção da sua planilha realinhada, desde que não aumente o valor global da sua proposta final negociada.

**6.20.** Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro, conforme mencionado abaixo e também de acordo com o supracitado.

**6.20.1** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem os quantitativos mínimos descritos na planilha orçamentária e no termo de referência.

**6.21.** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

**6.22.** Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

**6.23.** O (a) Agente de Contratação/Pregoeiro (a)(a), poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.24.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.24.1.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, quando o termo de referência exigir.

**6.24.1.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.24.2.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.24.3.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Pregoeiro (a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7 – DA HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos para o licitante mais bem classificado. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados, exclusivamente por meio do sistema, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do pregoeiro.

**7.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) TCU - Inidôneos - Licitantes Inidôneos (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:101180753678433>);
- b) CNJ - CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- c) Portal da Transparência - CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- d) Portal da Transparência - CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (mesmo endereço eletrônico do subitem “c”);
- e) Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas e Suspensas/MT (<https://ceis.cge.mt.gov.br/>);
- f) Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de Contratar com a Administração Pública do TCE-MT (<https://jurisdicionado.tce.mt.gov.br/inidoneo>);
- g) Cadastro de pessoas proibidas de contratar com à Adm. Púb. pelo Poder Judiciário (<https://jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/589>);

**7.3.1.** Para consultas de pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas mencionadas nos subitens “a”, “b”, “c” e “d” pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), não isentando-se das demais consultas elencadas, que também serão realizadas.

**7.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**7.4** Constatada a existência de sanção, conforme acima, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## **7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação estão descritos nas condições adiante.**

### **7.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Documento de identificação dos sócios;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- d) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- e) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade o exigir;

**7.6.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **7.7. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal;
- d) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa à sede da licitante;
- e) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa à sede da licitante;
- f) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Seguridade Social;
- g) Certidão de regularidade relativa à Justiça do Trabalho (CNDT).

**7.7.1.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**11.7.2 -** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **7.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) **Certidão de falência** expedida pelo Distribuidor da Sede da licitante.
  - a.1) Da certidão supracitada que não constar data de vigência, considerar-se-á a vigência de 180 (cento e oitenta) dias de validade, a contar da data de sua expedição.

### **7.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

#### **7.9.1. Qualificação Técnica Profissional**

##### **7.9.1.1 PARA PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME:**

a) Todas as licitantes deverão apresentar **DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE DO PROFISSIONAL**, responsável técnico, sendo 01 (um) Engenheiro ou Técnico legalmente habilitado, que deverá ser o responsável pelo serviço. (anexo VI)

a.1) **Prova de Inscrição ou Registro do profissional**, junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CRT - Conselho Regional dos Técnicos, válida na data da apresentação da proposta;

a.2) **Declaração formal de que a licitante possui disponibilidade de 01 (um) profissional técnico com formação superior em Redes de Computadores, ou Ciência da Computação, ou Sistemas da Informação ou assemelhados; (anexo VI), podendo ser o mesmo profissional do item a.2) ou profissionais diferentes.**

a.3) **Comprovação de aptidão, atestado de Capacidade Técnica do profissional**, para desempenho pertinente ao objeto licitado e em características semelhantes com o objeto da licitação, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente (CREA ou CRT)

a.3.1) para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessário, desde que, de profissionais pertencentes ao seu quadro ou que comprovem o seu

vínculo/disponibilidade com a empresa licitante.

**a.3.2)** O(s) atestado(s) deverá(ão) possuir informações suficientes para qualificar as obras/serviços executados, bem como possibilitar aferir sua veracidade junto ao(s) emitente(s) do(s) documento(s).

**a.3.3)** No(s) atestado(s) deverá(ão) constar o(s) nome(s) do(s) profissional(is) cujo(s) acervo(s) destinem-se à formação da prova de capacitação técnico-profissional da licitante;

**b) SOMENTE A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ, no ato de assinatura do contrato, apresentar a seguinte documentação do profissional:**

**b.1)** A capacitação técnico-profissional deve ser comprovada através de documentos que comprovem que a licitante conta com funcionário (CTPS, Registro empregados, Contrato de Prestação de Serviços Futuros, Contrato Social, Prestação de Serviços pelas Regras da Legislação Civil, ou Contrato de Prestação de Serviços), profissional de nível superior (**Engenheiro ou Técnico legalmente habilitado**), (conforme item anterior), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **devidamente reconhecido pela entidade profissional competente (CREA ou CRT), sendo que o Profissional deverá ser o mesmo o qual foi apresentado a documentação de Qualificação Técnica-Profissional na Habilitação;**

**7.9.1.2** Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra/serviço objeto desta licitação, admitir-se a substituição deste profissional por profissional com experiência equivalente ou superior, deste que aprovado pela administração.

#### **7.9.2 Qualificação Técnica-Operacional:**

##### **7.9.2.1 PARA PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME, DEVERÃO APRESENTAR:**

**a) Prova de Inscrição ou Registro da licitante**, junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CRT - Conselho Regional dos Técnicos válida na data da apresentação da proposta;

**b) Comprovação de aptidão, atestado de Qualificação Técnico-Operacional, comprovada mediante apresentação de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante**, para desempenho pertinente ao objeto licitado e compatível em características semelhantes com o objeto da licitação. (**MODELO ANEXO III**);

**b.1)** para fins de comprovação de capacitação técnico-operacional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessário.

**b.2)** o(s) atestado(s) deverá(ão) possuir informações suficientes para qualificar os serviços executados, bem como possibilitar aferir sua veracidade junto ao(s) emitente(s) do(s) documento(s).

##### **7.9.3 Demais Comprovações da empresa:**

**a) Declaração firmada pelo representante legal da licitante, de disponibilidade de equipamentos adequados, com compromisso formal de que caso seja vencedora, colocará à disposição da Contratante para realizar os serviços objeto desta licitação. (MODELO ANEXO VI);**

**b) Declaração firmada pelo representante legal da licitante, de que possui disponibilidade de pessoal**, para a realização do objeto da licitação, **com o compromisso formal da mesma**, caso seja vencedora se responsabilizará pela execução do Contrato (**MODELO ANEXO VI**);

##### **7.9.4 Demais Comprovações da empresa:**

**a) Declaração para os devidos fins de ter ciência que para qualquer Termo Aditivo Contratual**, as obras ou os serviços de engenharia solicitados no aditivo não poderão ser executados sem que esteja formalizado contratualmente com a Administração, admitindo-se a paralisação temporária dos serviços, caso esta não possa evoluir sem os acréscimos solicitados, **assinada pelo representante legal da empresa (modelo Anexo V)**;

#### **7.10. OUTRAS DECLARAÇÕES:**

**7.10.1.** Todas as declarações pontuadas no momento do cadastramento da proposta no sistema;

**7.10.2. DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ESTÁ ENQUADRADA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, se for o caso, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, **para usufruir das prerrogativas legais (modelo anexo IV).**

**7.10.3.** Todas as declarações apresentadas devem ser firmadas por seu representante legal.

**7.10.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, sujeitará a licitante à inabilitação ou extinção do contrato, bem como às sanções previstas neste Edital.



**7.11.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como **microempresa** ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**7.12.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**7.12.1.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**7.13.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

**7.14.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, **em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

**7.15.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**7.16.** Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos **90 (noventa)** dias anteriores à data fixada para a realização da sessão, ressalvado o subitem **7.8.a.**

**7.16.1.** Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

**7.17.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.18.** O descumprimento dos itens acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**7.19.** Demais documentos passíveis de obtenção pelos meios eletrônicos, o Pregoeiro(a) fará a verificação no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade fiscal, será juntado aos autos o respectivo documento.

**7.20.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

**7.21.** A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

**7.22.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

**7.22.1.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

**7.22.2.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

**7.22.3.** Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

**7.23.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a)** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**c)** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.24.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.24.1.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior

**7.25.** Nesta fase o Pregoeiro poderá convocar, ao seu critério, manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.26.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**7.27.** A verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.26.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **8 – DA FASE RECURSAL E DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**8.1.** Encerrada a fase de habilitação o Agente de Licitações vai dar sequência a fase de interposição de Recursos.

**8.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.3.** O Pregoeiro declarará o vencedor e concederá o prazo manifestação de intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**8.3.1.** Quando houver a disponibilização de prazo para e regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, o prazo de que trata o caput somente será aberto depois de decorrida a fase da referida regularização.

**8.4.** Qualquer licitante poderá, no prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**8.5.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**8.6.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**8.7.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

**8.8.** Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

**8.9.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.10.** Decorrido o prazo para apresentação de razões recursais e perante a apresentação destas, as demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contados da data de divulgação da interposição do recurso.

**8.11.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.12.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.13.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.14.** Os autos do processo permanecerão disponíveis no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **9 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**9.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**9.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**9.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**9.3.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**9.4.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **10 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1.** Caso não haja interposição de recursos, o objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor por ato do pregoeiro, ou pela autoridade competente após a regular decisão dos recursos apresentados.

**10.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**10.3.** A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

## **11 – DO CONTRATO**

**11.1.** Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado contrato com a Adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

**11.1.1.** Este contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**11.1.2.** A minuta integral do contrato é parte integrante deste Edital, constando como anexo deste instrumento convocatório (**modelo anexo VII**).

**11.2.** As cláusulas e condições contratuais, inclusive as sanções por descumprimento das obrigações, serão aquelas previstas no Termo de Referência e minuta do contrato, anexos a este Edital.

**11.3.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1.** As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025 e terão a seguinte classificação orçamentária:

**2162 – GERENCIAMENTO DO DEPARTAMENTO COMERCIAL**

**3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO.**

**12.2.** Para o ano subsequente, será utilizada dotação específica daquele exercício.

## **13 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**13.1** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**13.2** Durante o prazo de garantia do produto mencionado no Termo de Referência, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer vício relacionado ao mesmo, sem ônus para a Contratante;

**13.3** O recebimento dos trabalhos executados não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados;

#### **14 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a empresa que:

- a) Der causa à inexecução parcial do presente contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do presente contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do presente contrato;
- d) Ensejar o retardamento da entrega do(s) serviço(s) da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do presente contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do presente contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** Serão aplicadas à empresa que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência** – Quando a empresa der causa a inexecução parcial do presente contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Impedimento de licitar e contratar** - Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do caput desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do caput desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo caput, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) **Multa:**

**d.1) Moratória diária**, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, nas hipóteses de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o qual a administração poderá considerar como inexecução parcial ou total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

**d.1.1)** Findo o prazo da alínea anterior, se, por motivo justificado, o SAMA E entender ser o caso de receber o objeto, aplicar-se-á a multa nela prevista cumulativamente com os seguintes percentuais, podendo a qualquer tempo considerar que houve inexecução total do ajuste:

**d.1.1.1)** 5% para atrasos de 31 a 40 dias;

**d.1.1.2)** 10% para atrasos de 41 a 50 dias;

**d.1.1.2)** 15% para atrasos superiores a 50 dias.

**d.2) Compensatória** nas seguintes ocorrências:

**d.2.1) De 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) nas seguintes hipóteses:**

**d.2.1.1)** Sobre o valor da parcela não adimplida, para a infração prevista na alínea “a” do caput desta cláusula;

**d.2.1.2)** Sobre o valor total da Ata, para as infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”.

**d.2.2) De 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) nas seguintes hipóteses:**

**d.2.2.1)** Sobre o valor total da Nota de Empenho nos casos de recusa da empresa detentora do Contrato em aceitá-la ou não manutenção das condições de habilitação e qualificação de forma a inviabilizar a assinatura da Ata, atos que caracterizam o descumprimento total da obrigação assumida;

**d.2.2.2)** Sobre o valor do quantitativo remanescente na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação que resultem no cancelamento da Ata de Registro de Preços/contrato;

**d.2.2.3)** Sobre o valor total da Ata/contrato, para a infração prevista na alínea “c” do caput desta cláusula;

**d.2.2.4)** Sobre o valor da parcela não adimplida, para a infração prevista na alínea “b” do caput desta cláusula.

**14.4.** A aplicação das sanções previstas nesta Ata/contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao SAMA E.

**14.5.** Todas as sanções previstas nesta Ata/Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**14.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo SAMA E à empresa detentora, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

**14.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à empresa detentora, observando-se o procedimento previsto na legislação, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**14.9.** Na aplicação das sanções serão consideradas:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o SAMAE;
- e) A implantação ou aperfeiçoamento do programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**14.11.** A personalidade jurídica da empresa poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata/contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a empresa detentora, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**14.12.** O órgão gerenciador deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**14.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**14.14.** Os débitos da empresa para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato.

## **15 – DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

**15.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**15.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

**15.3.** A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade;

**15.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.5.** Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica na aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento, apresentar falhas e irregularidades que o possam viciar.



**15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**15.7.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**15.8.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**15.9.** É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme disposto neste Edital e na legislação aplicável.

**15.10.** As decisões do pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**15.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e findam os prazos em dias de expediente na Administração.

**15.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**15.13.** A publicidade de atos pertinentes à licitação e passíveis de divulgação, será efetuada mediante publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Oficial da União, no Diário da AMM (Associação Mato-Grossense dos Municípios), Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no site [www.samaetga.com.br](http://www.samaetga.com.br), e comunicado via e-mail aos interessados, conforme o caso.

**15.14.** O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado;

**15.15.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

**15.16. SAMAe de Tangará da Serra,** poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou deverá anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sempre garantindo a ampla defesa e contraditório.

**15.17.** Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes na Lei Federal 14.133/2021, nos Decretos Federais 10.024/19 7.892/13 e no Decreto Municipal 11/2023.

**15.18.** Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente pregão e que não possa ser resolvida administrativamente, serão processadas e julgadas pelo foro da Comarca de Tangará da Serra/MT, com exclusão de qualquer outro.

**15.19.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Tangará da Serra/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, Inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

**15.20. Havendo Irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria Municipal, nos telefones 0800-6474411 e (065) 3311-4835.**

**15.21.** Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 8h00m às 12h00m e das 14h00m (horário de Brasília/DF) de dias úteis, pelos telefones (65) 3311-6504 / (65) 3311-6517, (65) 3311-6518, pelo e-mail: [licitacao@samaetga.com.br](mailto:licitacao@samaetga.com.br), ou presencialmente junto ao Setor de Licitações do SAMAe, que localiza-se na Av. Brasil, 2350-E, Jardim Europa, em Tangará da Serra/MT.

**15.22.** O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos [www.samaetga.com.br](http://www.samaetga.com.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**16 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**16.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**16.2.** Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada pela plataforma do sistema LICITANET [https:// www.licitanet.com.br](https://www.licitanet.com.br) ou para o endereço eletrônico [licitacao@samaetga.com.br](mailto:licitacao@samaetga.com.br).

**15.2.1.** Quando do protocolo via plataforma LICITANET, observar-se-á o prazo estipulado acima, que será encerrado de forma automática pelo sistema.

**15.2.2.** Optando por encaminhar o pedido via e-mail, o horário limite para tanto será até às 19h00m (horário de Brasília/DF).

**16.3.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Pregão deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão, **exclusivamente**, através dos meios mencionados no item anterior.

**16.4.** Caberá ao Pregoeiro, com auxílio do setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação ou responder esclarecimento, no **prazo de até 02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da impugnação.

**16.4.1.** Sobre o pedido de esclarecimento ou impugnação, é facultado ao Pregoeiro solicitar manifestação de profissionais e técnicos da área do objeto lícitado.

**16.4.2.** Também é facultado ao Pregoeiro solicitar a análise da impugnação ou do pedido de esclarecimento à assessoria jurídica.

**16.4.3.** A eventual manifestação pela assessoria jurídica solicitada pelo Pregoeiro ocorrerá após a análise da impugnação ou pedido de esclarecimento pela assessoria técnica, se for o caso.

**16.5.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, **limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

**16.5.1.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão respondidas diretamente aos requerentes e anexadas aos autos do processo licitatório.

**16.5.2.** As impugnações ou esclarecimentos realizados pelo LICITANET serão respondidas diretamente na plataforma.

**16.6.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**16.7.** Na hipótese da impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste edital.

**16.8.** A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório ensejará em tentativa de impedir, perturbar ou fraudar, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa.

**16.9.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**17 – DOS ANEXOS**

**17.1** São partes integrantes deste **Edital** os seguintes **Anexos**:

<b>Anexo I</b>	<b>Termo de Referência;</b>
<b>Anexo II</b>	<b>Modelo de Proposta de Preços;</b>
<b>Anexo III</b>	<b>Modelo de Atestado de Qualificação Técnica;</b>
<b>Anexo IV</b>	<b>Declaração de Cumprimento de Requisitos da Lei 123/2006;</b>
<b>Anexo V</b>	<b>Declaração Para Termo Aditivo Contratual</b>
<b>Anexo VI</b>	<b>declaração de disponibilidade e condições de execução do objeto</b>
<b>Anexo VII</b>	<b>Minuta do Contrato</b>

Tangará da Serra/ MT, XX de XXXXX de 2025.

**MARCOS SCOLARI**  
**DIRETOR GERAL – SAMAE**

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE****CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, COM IP EXCLUSIVO E ALTA DISPONIBILIDADE, COM 200 MBPS (DUZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO DE VELOCIDADE), FULL DUPLEX E A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DADOS/INTERCONEXÃO L2L ENTRE A SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE E SUAS UNIDADES, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL.**

Quadro 01: Especificações dos objetos, quantidades necessárias e valores de referência.

**LOTE 01**

ITEM	DESCRIÇÃO	Un.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Serviço de telecomunicações para a implantação e manutenção de 01 (um) circuito de fibra óptica de acesso dedicado à Internet de 200 Mbps (Duzentos megabits por segundo), full duplex, com alta disponibilidade, suporte 24 horas por dia, síncrono, simétrica e IP Público permanente para acesso à Internet.	Mês	12	<b>R\$ 8.300,00</b>	<b>R\$ 99.600,00</b>
2	Serviço de telecomunicações para a implantação e manutenção de rede privativa de comunicação de dados L2L de 100 Mbps (Cem megabits por segundo) entre a sede administrativa do SAMAE e suas unidades.	Mês	12	<b>R\$ 24.706,50</b>	<b>R\$ 296.478,00</b>
3	Taxa de instalação/habilitação do serviço de internet, da rede privativa de dados e configuração dos equipamentos necessários para funcionamento.	UN.	22	<b>R\$ 890,00</b>	<b>R\$ 19.580,00</b>
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 415.658,00</b>

**1.1 VALOR GLOBAL: R\$ 415.658,00 (Quatrocentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais). Período de cotação: de 09 de dezembro de 2.024.**

**1.2** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE necessita possuir um confiável centro de tecnologia da informação, sendo a qualidade do serviço de internet oferecido, primordial para alcançá-lo. O bom funcionamento deste, oferece a rápida e ininterrupta comunicação via protocolo TCP/IP, melhorando e agilizando as operações nos sistemas de gestão, telefonia VOIP, transmissão de dados, videoconferências, circuitos de segurança e a ágil interação com os cidadãos por meio digital.

**2.2** A presente contratação visa melhorar e expandir a infraestrutura da rede de telecomunicações do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra/MT. Esta expansão alcançará novos pontos de acesso, acesso a informações e telecomunicações. Oferecerá automatização no controle/monitoramento sobre o abastecimento de poços, reservatórios, estações de tratamento de água e esgoto, acesso a circuitos de câmeras de segurança, comunicação direta entre os servidores, inclusive em áreas rurais do município, superando a dependência sobre sinal de telefonia móvel, que funcionam de maneira intermitente em regiões mais afastadas.

**2.3** Atualmente, o SAMAE tem formalizado o contrato nº14/2023 com aditivo, vigente até a data de 20/04/2025, que tem por objeto a “ Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de dados/interconexão, devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações – Anatel, através de cabeamento de fibra óptica de rede privativa de comunicação com velocidade de 100 mbps (cem megabits por segundo), e a contratação do serviço de telecomunicações para implementação, operação e manutenção de 01 (um) circuito de fibra óptica de acesso dedicado à internet de 100 mbps (cem megabits por segundo), Full Duplex”.

**2.4** Por se tratar de um serviço essencial à autarquia e a atual contratada não dispõe de estrutura para ativar a interconexão de novos pontos em áreas rurais, se faz necessária uma nova contratação

**2.5** Este estudo técnico preliminar tem como objetivo a busca por atender às necessidades da autarquia. Isso inclui avaliar as condições atuais, identificar possíveis melhorias e atualizações necessárias, assegurando que o serviço de internet e interconexões em todas suas unidades sejam mantidos e atualizados de forma eficiente. Sendo assim, se faz necessária a distribuição de internet entre 22 pontos, interconectados por uma rede de dados (Local Area Network to Local Area Network) na municipalidade tangaraense.

**2.6** Essa contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, no PCA 2025 - 2589 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE / MT, sendo referenciada conforme disponibilizado abaixo:

- Id pca PNCP: 06068089000104-0-000001/2025
- Id do item no PCA: 209
- Data de publicação no PNCP: 20/12/2024
- Última atualização: 23/01/2025

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em item específico do ETP, anexo deste TR.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1** Previsão para o início da execução dos serviços ou aquisição do material: fevereiro de 2025.

**4.1.1** A CONTRATADA ficará a cargo de manter todas as providências e despesas correspondentes às instalações, compreendendo os dispositivos, mão de obra, maquinário e ferramentas necessárias à execução dos serviços.

**4.1.2** Deverá apresentar comprovação emitida pela ANATEL (Termo de autorização, outorga ou dispensa) em seu nome, autorizando-a a executar os serviços compatíveis com o objeto licitado, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), em nome da proponente, conforme Resolução 614/200 ou conforme Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020. A exigência do comprovante de autorização da ANATEL é uma medida para garantir a qualidade, confiabilidade e legalidade dos serviços contratados, protegendo a administração, garantindo que as empresas prestem os serviços em conformidade com as normas e regulamentos do setor de telecomunicações no país. Cumprindo as exigências do art. 54 da Lei 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações) estabelece que a prestação de serviços de telecomunicações sem a devida autorização é ilegal.

**4.1.3** A empresa licitante deverá apresentar atestado(s) de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter fornecido ou estar fornecendo, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto da presente licitação. O Atestado deverá ser fornecido preferencialmente em papel timbrado, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone da pessoa jurídica que emitiu o atestado, data de emissão e identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, cargo e assinatura). Caso o Atestado seja emitido por empresa privada, deverá ser reconhecido firma em cartório ou assinatura eletrônica. A empresa licitante deverá possuir junto a entidade reguladora da internet no Brasil, CGI.br, o título de Autonomous System (AS), onde comprova ser detentora de blocos de endereços IPv4 bem como IPv6, através do número do AS.

**4.1.4** É imprescindível estabelecer uma conexão dedicada de internet na sede administrativa do SAMAe, com redundância de sinal (dupla abordagem por caminhos distintos) para garantir a continuidade em caso de falhas, além de interconectar os departamentos por meio de uma rede Lan to Lan (L2L). A fim de comprovar, a licitante deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação, um desenho com projetos de rotas (kmz) que comprove a existência de duas rotas distintas, chegando à cidade de Tangará da Serra/MT.

**4.1.5** A empresa licitante deverá possuir mecanismos que permitam bloquear ataques DDoS (Distributed Denial of Service), mediante monitoramento, detecção e mitigação, deverá apresentar declaração da ferramenta fornecedora de ANTI-DDOS que a mesma suporta no mínimo 40 Gbps de limpeza de tráfego.

**4.1.6** A empresa licitante deverá apresentar comprovação que está ligada a no mínimo 02 PTT's (Ponto de Tráfego de Nacionais).

**4.1.7** A empresa licitante deverá comprovar que possui backbone IP com saída de destino direto para no mínimo outros 2 (dois) backbones distintos do Brasil (AS's distintos).

**4.1.8** Considerando as características e particularidades próprias do tipo do objeto licitado, e ainda, o fato do objeto tratar-se da execução dos serviços continuados, visando a viabilidade técnica na perfeita execução dos serviços licitados, a empresa contratada deverá manter estabelecimento, preposto e/ou representação no município de Tangará da Serra/MT, comprovando através de declaração ou documento equivalente, junto aos documentos de habilitação.

**4.1.9** O fornecedor deverá garantir um Nível de Serviço (SLA) de 99,9% para a disponibilidade do link, considerando a arquitetura de dupla abordagem, conforme especificado. O SLA será monitorado mensalmente e a disponibilidade mínima será medida com base no tempo total de funcionamento da conexão, excluindo os períodos de manutenção programada previamente acordados entre as partes.

**4.1.10** A licitante vencedora para fins de fornecimento dos links de acesso à Internet deverá comprovar ser um provedor de backbone, devendo este ser um AS (Autonomous System) do protocolo BGP (Border Gateway Protocol) registrado;

Índice	Valor mínimo	Valor máximo	Unidade
Latência Média Máxima	0	80	Milissegundos
Perda de Pacote ou Pacotes com	0	1	%
Disponibilidade geral mínima	99	100	%
Tempo Médio de Reparo	0	4	Horas
Tempo de Instalação Máximo	0	30	Dias
Tempo de Fusão	0	4	Horas
Tempo para Remanejamento	0	5	Dias
Tempo para Mudança de endereço	0	5	Dias

*Tabela 1 – Nível de SLA*



## **4.2 Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**4.2.1.** Para a contratação dos serviços arrolados nesse Termo de Referência, não haverá exigência de marcas ou modelos para a execução do objeto.

## **4.3. Sustentabilidade**

**4.3.1** Os serviços serão prestados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambientais contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, editada pela Advocacia Geral da União, cumprindo os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

## **4.4 Da exigência de carta de solidariedade**

**4.4.1** Não haverá exigência de carta de solidariedade.

## **Subcontratação**

**4.4.2** Não é admitida a subcontratação do objeto.

## **4.5. Garantia da contratação**

**4.5.1** Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, tendo em vista que tal exigência poderá elevar demasiadamente o preço dos serviços.

**4.5.2** Para os materiais empregados na execução dos serviços deverá ser observada a garantia do fabricante.

**4.5.3** Conexão com a internet durante 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, de forma contínua e ininterrupta, sem limite de tráfego, nem restrição de tipo de dados trafegado.

**4.5.4** A contratada garantirá a execução dos serviços de instalação que apresentarem defeitos pelo período de 12 (doze) meses, sem ônus para o contratante a contar da data de recebimento definitivo.

**4.5.5** Os materiais e equipamentos serão fornecidos pela contratada em regime de comodato, a qual será a única responsável pelo transporte, instalação e manutenção de todos os equipamentos necessários para o perfeito funcionamento do serviço, e caso seja necessário, deverá configurar as estações de trabalho para o acesso dos servidores e usuários da instituição no ato da instalação.

## **4.5.6 Vistoria**

**4.5.6.1** A instalação dos equipamentos, manutenção e o local de execução dos serviços deverão ser realizados conforme o endereço dos locais da *Tabela 2 - Relação dos locais de instalação*. A contratada deverá fornecer a interligação dos pontos da rede de dados entre a sede do SAMAE e todos os pontos descritos na tabela de relação dos locais deste ETP de forma segura e separada de qualquer outra rede que não pertença ao SAMAE, afim de buscar maior segurança e confiabilidade.

ID	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	TIPO/VELOCIDADE
01	SEDE/GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	Avenida Brasil, nº2350-E, Jardim Floriza, Tangará da Serra/MT, CEP: 78300-200; Latitude 14°36'23.00"S, Longitude 57°28'9.88"O	WAN 200 Mbps Alta Disponibilidade (Dupla Abordagem) / L2L 100 Mbps
02	GERÊNCIA COMERCIAL	Avenida Brasil, nº 50-W, Centro, Tangará da Serra/MT, CEP: 78300-096; Latitude 14°37'10.95"S, Longitude 57°29'17.89"O	L2L 100 Mbps

ID	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	TIPO/VELOCIDADE
03	RESERVATÓRIO CIDADE ALTA	Rua Durvalino Minozzo, nº 1567-S, Jardim Cidade Alta, Tangará da Serra/MT, CEP: 78306-167; Latitude 14°37'56.94"S, Longitude 57°29'44.93"O	L2L 100 Mbps
04	GERÊNCIA OPERACIONAL	Rua Adelaide Maria de Jesus, nº S/N, Jardim Rio Preto, Tangará da Serra/MT, CEP: 78306-024; Latitude 14°37'53.49"S; Longitude 57°29'26.05"O	L2L 100 Mbps
05	ALMOXARIFADO CENTRAL	Rua Durvalino Minozzo, nº 2014-S, Jardim Cidade Alta, Tangará da Serra/MT, CEP: 78306-167; Latitude 14°38'6.38"S, Longitude 57°29'56.60"O	L2L 100 Mbps
06	ETA – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA	Avenida Lions Internacional, Nº 3951 W, Gleba Esmeralda, Tangará da Serra – MT; Latitude 14°38'6.75"S, Longitude 57°32'21.80"O	L2L 100 Mbps
07	ECOPONTO DE PNEUS	Avenida Brasil, nº S/N, Jardim San Diego, Tangará da Serra/MT, CEP: 78305-100; Latitude 14°38'41.21"S, Longitude 57°31'17.51"O	L2L 100 Mbps
08	ECOPONTO ACAPULCO (SETOR E)	Rua Trinta e três, nº S/N, Jardim Acapulco, Tangará da Serra/MT, CEP: 78301-025. Latitude 14°37'13.44"S, Longitude 57°28'9.56"O	L2L 100 Mbps
09	ECOPONTO ESMERALDA (SETOR W)	Avenida Lions Internacional, nº S/N, Vila Esmeralda, Tangará da Serra/MT, CEP: 78305-207. Latitude 14°37'50.62"S, Longitude 57°31'37.23"O	L2L 100 Mbps
10	ECOPONTO JARDIM DOS IPÊS (SETOR S)	Avenida Tangará, nº S/N, Jardim dos Ipês, Tangará da Serra/MT, CEP: 78307-502. Latitude 14°38'55.95"S, Longitude 57°28'46.37"O	L2L 100 Mbps
11	ECOPONTO TARUMÃ (SETOR N)	Avenida Zelino Agostinho Lorenzetti, nº S/N, Jardim Tarumã, Tangará da Serra/MT, CEP: 78303-094. Latitude 14°35'47.81"S, Longitude 57°30'17.99"O	L2L 100 Mbps
12	RESERVATÓRIO VALÊNCIA	Avenida Espanha, s/Nº, Jardim Valência, Tangará da Serra/MT, CEP: 78304-210. Latitude 14°37'34.80"S, Longitude 57°31'9.67"O	L2L 100 Mbps
13	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA BARCELONA	Rua 34-A, Bairro: Barcelona. Latitude: 14°37'22.95"S, Longitude: 57°30'53.23"O	L2L 100 Mbps
14	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA JARDIM DO SUL	Rua 40, Bairro: Jardim do Sul. Latitude: 14°37'1.44"S, Longitude: 57°28'28.42"O	L2L 100 Mbps
15	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA PARIS	Rua 10 c/ Rua 16, Bairro: Estádio. Latitude: 14°37'25.08"S, Longitude: 57°28'8.64"O	L2L 100 Mbps
16	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA PARQUE DO BOSQUE	Rua das Seringueiras, Bairro: Parque do Bosque. Latitude: 14°35'7.47"S, Longitude: 57°28'54.94"O	L2L 100 Mbps

ID	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	TIPO/VELOCIDADE
17	ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Estrada do Ararã, N°S/N, Tangará da Serra/MT; Latitude 14°35'48.64"S, Longitude 57°28'5.74"O	L2L 100 Mbps
18	RESERVATÓRIO DO DISTRITO DE PROGRESSO	Avenida Pedro Alberto Tayano, Distrito de Progresso. Latitude: 14°39'44.39"S, Longitude: 57°21'43.99"O	L2L 100 Mbps
19	RESERVATÓRIO DO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM DO BOCHE	Avenida 7 de Setembro, Distrito de São Joaquim do Boche. Latitude: 14°38'32.77"S, Longitude: 57°18'46.51"O	L2L 100 Mbps
20	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA AGROVILA 2	Localizada a aproximadamente 1,3 km da MT-339. Latitude: 14°41'1.12"S, Longitude: 57°45'58.19"O	L2L 100 Mbps
21	RESERVATÓRIO DA GLEBA TRIÂNGULO	Gleba Triângulo, Latitude: 14°46'27.50"S, Longitude: 57°56'1.65"O	L2L 100 Mbps
22	RESERVATÓRIO DO DISTRITO DE SÃO JORGE	Rua Mato Grosso. Distrito de São Jorge. Latitude: 14°39'39.82"S, Longitude: 57°56'45.38"O	L2L 100 Mbps

*Tabela 2 - Relação dos locais de instalação*

**4.5.6.2** Fica facultado à empresa interessada em participar desta contratação realizar vistoria nas instalações do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE do município de Tangará da Serra -MT, para melhor elaboração de sua proposta, mediante prévio agendamento com o setor competente pelo telefone 65-33116500, no horário de 07:00 as 11:00 das 13:00 as 17:00, com no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data marcada para a sessão pública.

**4.5.6.3** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**4.5.6.4** Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições e do local de execução dos serviços.

## 5. EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de fornecimento:

**5.1.1** O serviço de instalação deverá ser executado em horário comercial (07:00 as 11:00 das 13:00 as 17:00) de segunda a sexta-feira, conforme os locais demonstrados na *Tabela 2 – acima*.

**5.1.2** prazo para a entrega do objeto não deverá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato ou emissão de Ordem de Fornecimento.

**5.1.3** No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito ao SAMAE tal ocorrência, indicando a data em que efetivara a entrega, não podendo o adiamento da entrega ser superior a 15 (quinze) dias corridos.

**5.1.4** Os serviços e instalações deverão ser realizados em sua totalidade, não sendo aceita a entrega parcial destes.

**5.1.5** Os serviços somente serão considerados aceitos pelo SAMAE quando todas as fases das instalações da internet, forem aprovadas pela fiscalização do SAMAE;

**5.1.6** A entrega dos serviços será considerada aceita somente após ter sido conferida pela respectiva área solicitante e atendidas as especificações e condições exigidas neste termo. Cabe à contratada realizar a instalação, configuração e testes, entregando o serviço totalmente funcional;

**5.1.7** Realizada a entrega do serviço e verificado que foram realizados de acordo com as condições deste termo, o recebimento será atestado pelo SAMAE, por servidor designado.

**5.1.8** Em hipótese alguma será aceito o objeto em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo da contratada o controle de qualidade da prestação dos serviços de sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos as suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

**5.1.9** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

**5.1.10.** Com respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

**5.1.11** Com respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

**5.1.12** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do SAMAE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

## **5.2 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:**

**5.2.2** A empresa licitante também deverá apresentar declaração de que tenha pelo menos duas Rotas de link por caminhos distintos, sendo um obrigatório por fibra óptica, que atenda o município de Tangará da Serra/MT.

**5.3** A Contratada que se consagrar vencedora do certame se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

## **5.4 Especificação da garantia do serviço**

**5.5** O prazo de garantia contratual dos bens e serviços, complementar à garantia legal conforme estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **5.6 Procedimentos de transição e finalização do contrato:**

**5.6.1** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

**6.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**6.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**6.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

### **Fiscalização:**

**6.6** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados pelo SAMAE;

**6.7** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

**6.8** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

- 6.9** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.10** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 6.11** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 6.12** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- 6.13** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 6.14** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.15** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 6.16** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 6.17** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 6.18** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 6.19** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 6.20** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 6.21** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento do Objeto:**

- 7.1** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 7.2** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de quarenta e cinco (45) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 7.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;



**7.4** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

**7.5** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

**7.6** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

**7.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

**7.8** - O SAMAe de Tangará da Serra, **não é contribuinte de ICMS**. E a partir de 01 de janeiro de 2016, segundo o convênio de ICMS nº 93 de 17/09/2015, a venda para Não Contribuinte de ICMS, deverá ser calculada a diferença de alíquota nas transações.

**7.9** - As Licitantes deverão estar atentas as exigências tributárias referente ao **IRRF (Imposto sobre a renda retido na fonte)** nos fornecimentos de materiais e serviços, conforme estabelece o Decreto Municipal Nº 003/2023 e a Nota Técnica da Sefaz Municipal Nº001/2023.

#### **7.10. Liquidação:**

**7.10.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação e pagamento, na forma do Decreto Municipal;

**7.10.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.10.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.10.4** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, por meio de Certidão de Regularidade de Débitos dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão de Regularidade de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetiva liquidação do pagamento;

**7.10.5** A Administração deverá realizar as seguintes consultas: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

**7.10.6** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

**7.10.7** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**7.10.8** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

**7.10.9** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SAMA E;

#### **7.11. Prazo de pagamento:**

**7.11.1.** Nos termos do artigo 312 do Decreto Municipal n. 110/2023, pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo de até 30 dias, contados da liquidação da despesa, não podendo ultrapassar o prazo de 30 dias corridos, a contar do protocolo da nota fiscal, fatura ou documento equivalente emitidos, junto ao Município de Tangará da Serra – MT, e entrega de todas as documentações exigidas e necessárias ao pagamento da despesa;

**7.11.2** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o término final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação **do índice (ICTI) Índice de Custo da Tecnologia da Informação de correção monetária;**

#### **7.12 Forma de pagamento:**

**7.12.1** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

**7.12.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**7.12.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**7.12.4** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**7.12.5** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### **9 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**9.1** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica:**

- a) Documento de identificação dos sócios;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- d) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem;
- e) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade o exigir;

**9.1.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal;
- d) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual, relativa à sede da licitante;
- e) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa à sede da licitante;
- f) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Seguridade Social;
- g) Certidão de regularidade relativa à Justiça do Trabalho (CNDT).

**9.1.2.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) **Certidão negativa de pedido de falência** expedida pelo Distribuidor da Sede da licitante.
- a.1) Da certidão supracitada que não constar data de vigência, considerar-se-á a vigência de 180 (cento e oitenta) dias de validade, a contar da data de sua expedição.

**Qualificação Técnica:****9.2. Qualificação Técnica Profissional****9.2.1 PARA PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME:**

- a) Todas as licitantes deverão apresentar **DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE DO PROFISSIONAL**, responsável técnico, sendo 01 (um) Engenheiro ou Técnico legalmente habilitado, que deverá ser o responsável pelo serviço. (anexo )
- a.1) **Prova de Inscrição ou Registro do profissional**, junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CRT - Conselho Regional dos Técnicos, válida na data da apresentação da proposta;
- a.2) **Declaração formal de que a licitante possui disponibilidade de 01 (um) profissional técnico com formação superior em Redes de Computadores, ou Ciência da Computação, ou Sistemas da Informação ou assemelhados; (anexo V), podendo ser o mesmo profissional do item a.2) ou profissionais diferentes.**

**a.3) Comprovação de aptidão, atestado de Capacidade Técnica do profissional**, para desempenho pertinente ao objeto licitado e em características semelhantes com o objeto da licitação, devidamente reconhecido pela entidade profissional competente (CREA ou CRT)

**a.3.1)** para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessário, desde que, de profissionais pertencentes ao seu quadro ou que comprovem o seu vínculo/disponibilidade com a empresa licitante.

**a.3.2)** O(s) atestado(s) deverá(ão) possuir informações suficientes para qualificar as obras/serviços executados, bem como possibilitar aferir sua veracidade junto ao(s) emitente(s) do(s) documento(s).

**a.3.3)** No(s) atestado(s) deverá(ão) constar o(s) nome(s) do(s) profissional(is) cujo(s) acervo(s) destinem-se à formação da prova de capacitação técnico-profissional da licitante;

**b) SOMENTE A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ, no ato de assinatura do contrato, apresentar a seguinte documentação do profissional:**

**b.1)** A capacitação técnico-profissional deve ser comprovada através de documentos que comprovem que a licitante conta com funcionário (CTPS, Registro empregados, Contrato de Prestação de Serviços Futuros, Contrato Social, Prestação de Serviços pelas Regras da Legislação Civil, ou Contrato de Prestação de Serviços), profissional de nível superior (**Engenheiro ou Técnico legalmente habilitado**), (conforme item anterior), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **devidamente reconhecido pela entidade profissional competente (CREA ou CRT), sendo que o Profissional deverá ser o mesmo o qual foi apresentado a documentação de Qualificação Técnica-Profissional na Habilitação;**

**9.2.1.1** Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra/serviço objeto desta licitação, admite-se a substituição deste profissional por profissional com experiência equivalente ou superior, deste que aprovado pela administração.

### **9.3 Qualificação Técnica-Operacional:**

#### **9.3.1 PARA PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME, DEVERÃO APRESENTAR:**

a) **Prova de Inscrição ou Registro da licitante**, junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CRT - Conselho Regional dos Técnicos válida na data da apresentação da proposta;

b) **Comprovação de aptidão, atestado de Qualificação Técnico-Operacional, comprovada mediante apresentação de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante**, para desempenho pertinente ao objeto licitado e compatível em características semelhantes com o objeto da licitação.

b.1) para fins de comprovação de capacitação técnico-operacional, a empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessário.

b.2) o(s) atestado(s) deverá(ão) possuir informações suficientes para qualificar os serviços executados, bem como possibilitar aferir sua veracidade junto ao(s) emitente(s) do(s) documento(s).

#### **9.3.2 Demais Comprovações da empresa:**

a) Declaração firmada pelo representante legal da licitante, **de disponibilidade de equipamentos adequados, com compromisso formal de que caso seja vencedora, colocará à disposição da Contratante para realizar os serviços objeto desta licitação. (MODELO ANEXO )**;

b) **Declaração firmada pelo representante legal da licitante, de que possui disponibilidade de pessoal**, para a realização do objeto da licitação, **com o compromisso formal da mesma**, caso seja vencedora se responsabilizará pela execução do Contrato (MODELO ANEXO );

### **10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 415.658,00 (QUATROCENTOS E QUINZE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS)**, conforme custos unitários apostos no Quadro 01 deste Termo de Referência;

**10.2** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/12/2024.

**10.3** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice (ICTI) Índice de Custo da Tecnologia da Informação de correção monetária**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### **11 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no SAMAE;

**11.2** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

<b>Sector:</b>	<b>GERÊNCIA COMERCIAL - GCOM</b>
<b>Unid. Orçamentária:</b>	<b>04.122.0002.2162.0000 – GERÊNCIA COMERCIAL</b>
<b>Nat. da Despesa:</b>	<b>3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica</b>
<b>Valor Total:</b>	<b>R\$ 34.286,36</b>

<b>Sector:</b>	<b>GERÊNCIA OPERACIONAL - GOPE</b>
<b>Unid. Orçamentária:</b>	<b>17.512.0022.2164.0000 – GERÊNCIA OPERACIONAL</b>
<b>Nat. da Despesa:</b>	<b>3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica</b>

<b>Valor Total:</b>	<b>R\$ 120.483,62</b>

<b>Setor:</b>	<b>SUPERINTENDENCIA ADM. FINANCEIRA - SADP</b>
<b>Unid. Orçamentária:</b>	<b>04.122.0002.2161.0000 – SUPERINTENDENCIA ADM. FINANCEIRA</b>
<b>Nat. da Despesa:</b>	<b>3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica</b>
<b>Valor Total:</b>	<b>R\$ 48.652,60</b>

<b>Setor:</b>	<b>GERECIAMENTO DO DEPARTAMENTO TÉCNICO</b>
<b>Unid. Orçamentária:</b>	<b>04.122.0002.2165.0000 – GERÊNCIA TÉCNICA</b>
<b>Nat. da Despesa:</b>	<b>3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica</b>
<b>Valor Total:</b>	<b>R\$ 120.483,62</b>

<b>Unid. Orçamentária:</b>	<b>GERENCIAMENTO DO RESÍDUOS SÓLIDOS</b>
<b>Nat. da Despesa:</b>	<b>3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica</b>
<b>Valor Total:</b>	<b>R\$ 91.751,80</b>

**14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Tangará da Serra – MT, 12 de dezembro de 2024.

JOELSON VALERIANO DOS SANTOS

Membro CPL

Núcleo de Aquisições Públicas

SAMAE

**ÁREA TÉCNICA:**

1. MARCIO KVIECINSKI

COORD. DE TECNOLOGIA DA INFORÇÃO DO SAMAE



**ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA**

Ao

SAMAe DE TANGARÁ DA SERRA-MT

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAe.****CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, COM IP EXCLUSIVO E ALTA DISPONIBILIDADE, COM 200 MBPS (DUZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO DE VELOCIDADE), FULL DUPLEX E A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DADOS/INTERCONEXÃO L2L ENTRE A SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAe E SUAS UNIDADES, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL**INÍCIO DA SESSÃO: **28/03/2025**HORÁRIO: **09:00 HORAS**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para atendimento do objeto destinado ao SAMAe de Tangará da Serra/MT, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAe**. Para tanto, oferecemos a esse órgão o **preço para os itens a seguir indicados**, observadas as especificações de que trata o Termo de Referência (**ANEXO I**):

**LOTE 01**

ITEM	DESCRIÇÃO	Un.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Serviço de telecomunicações para a implantação e manutenção de 01 (um) circuito de fibra óptica de acesso dedicado à Internet de 200 Mbps (Duzentos megabits por segundo), full duplex, com alta disponibilidade, suporte 24 horas por dia, síncrono, simétrica e IP Público permanente para acesso à Internet.	Mês	12	R\$	R\$
2	Serviço de telecomunicações para a implantação e manutenção de rede privativa de comunicação de dados L2L de 100 Mbps (Cem megabits por segundo) entre a sede administrativa do SAMAe e suas unidades.	Mês	12	R\$	R\$
3	Taxa de instalação/habilitação do serviço de internet, da rede privativa de dados e configuração dos equipamentos necessários para funcionamento.	UN.	22	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$</b>

**VALOR TOTAL POR EXTENSO:**

A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da oferta da proposta.

Entregaremos os Itens em conforme as exigências do Edital e Termo de Referência (**ANEXO I**).

Informamos, por oportuno, que estão inclusos nos preços todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionadas à execução do Contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, frete, seguros e encargos sociais.

Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: \_\_\_\_\_

b) CGC (MF) nº: \_\_\_\_\_ Insc. Estadual nº. \_\_\_\_\_

c) Endereço: \_\_\_\_\_  
d) Telefone fixo: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
e) Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
f) Banco \_\_\_\_\_ Agência nº: \_\_\_\_\_ Conta nº: \_\_\_\_\_

De acordo com a legislação em vigor, eu, \_\_\_\_\_, CPF/MF nº \_\_\_\_\_,  
declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

Local/Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo  
Representante da Empresa

**ANEXO III****MODELO - ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaramos, para fins de prova junto a Órgãos Públicos, que a empresa ....., inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº. ...., estabelecida ....., forneceu o(s) seguinte(s) produtos/serviços(s):

---

---

---

---

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos, foram cumpridos satisfatoriamente, inclusive o cumprimento do prazo de entrega do(s) produtos/serviços(s), nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Local/Data: ....., .....de.....de.....

.....  
Assinatura e Carimbo  
Representante da Empresa

**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Nome/ razão social), \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob nº \_\_\_\_\_.

**DECLARA**, para fins do disposto no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAE**, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, e tendo interesse em se beneficiar dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local/Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo  
Representante da Empresa

**ANEXO V****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAE.****DECLARAÇÃO PARA TERMO ADITIVO CONTRATUAL**

Eu, \_\_\_\_\_, representante da Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, vencedora do certame licitatório \_\_\_\_\_, DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS ciência que para qualquer Termo Aditivo Contratual, as obras ou os serviços de engenharia solicitados no aditivo não poderão ser executados sem que esteja formalizado contratualmente com a Administração, admitindo-se a paralisação temporária da obra/serviços, caso esta não possa evoluir sem os acréscimos solicitados.

Local/Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo  
Representante da Empresa

**Fase de Habilitação**



**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_ e Inscrição estadual \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, casado, CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_, para fins de participação na **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAE**, DECLARA, sob as penas da Lei, que a mesma possui disponibilidade de pessoal e de equipamentos adequados e com condições para executar o objeto da presente licitação caso seja vencedora.

**Declaro ainda, que o Sr. .** \_\_\_\_\_ brasileiro, casado, CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_, **graduado em** \_\_\_\_\_, **registrado no Conselho (Crea ou CRT)** caso seja vencedora o mesmo se compromete a acompanhar e estar disponível para execução do Objeto Licitado em conformidade com o Edital e seus anexos

**Declaro ainda, que o Sr. .** \_\_\_\_\_ brasileiro, casado, CPF \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_, **graduado em** \_\_\_\_\_ **(formação superior em Redes de Computadores, ou Ciência da Computação, ou Sistemas da Informação ou assemelhados)** caso seja vencedora o mesmo se compromete a acompanhar e estar disponível para execução do Objeto Licitado em conformidade com o Edital e seus anexos

Declaro que nosso site atende a todos os requisitos gerais e específicos descritos no termo de referência, comprometendo-se a demonstrar de forma prática tal atendimento, caso venha ser declarada classificada definitivamente em primeiro lugar no valor global do certame licitatório

Declara ainda, estar ciente das obrigações constantes no edital, na minuta contratual, no Termo de Referência, Cronograma e demais anexos do Edital, sendo que concorda com estas disposições.

E por ser verdade, firmamos a presente.

Local/Data: .....de.....de.....

Assinatura  
Nome do Representante da Empresa

**OBSERVAÇÃO:** Esta Declaração deverá ser elaborada e assinada pelo representante legal da Empresa.

**OBSERVAÇÃO:** É necessário a apresentação de documentação que comprove a validade desta graduação, como requisito de habilitação.

**ANEXO VII****MINUTA DO CONTRATO****CONTRATO N. XX/SAMAE/2025****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025/SAMAE****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAE**

O SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TANGARÁ DA SERRA/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 06.068.089/0001-04, localizado na Avenida Brasil, nº 2350-E, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa, na cidade de Tangará da Serra/MT, CEP 78300-200, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Diretor Geral \_\_\_\_\_, brasileiro, portador do RG de nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ residente e domiciliado nesta cidade de Tangará da Serra/MT, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAE**, RESOLVE contratar a empresa cuja proposta foi classificada como vencedora no certame supracitado, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e às constantes do presente documento, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal 110/2023, com suas respectivas alterações e demais normas aplicáveis e mediante as cláusulas que seguem neste contrato, sendo a empresa vencedora a especificada abaixo:

<b>NOME DA EMPRESA:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>
<b>REPRESENTANTE:</b>
<b>CONTATOS:</b>

**PREÂMBULO – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1. A contratação será regida pela Lei federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, em especial regulamentos municipais editados para dar fiel execução à Lei.
2. A ausência de transcrição de qualquer dispositivo legal ou regulamentar no presente instrumento em absolutamente nada prejudica a sua aplicação no curso da execução contratual. As partes manifestam conhecimento da legislação aplicável, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos documentos que amparam a presente contratação.
3. As partes vinculam-se ao ato que autorizou a contratação direta e a respectiva proposta econômica que o acompanha.
4. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, com a aplicação subsidiária de preceitos de direito público e disposições de direito privado, nesta ordem.
5. O contratado deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
6. O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
7. A proposta econômica apresentada pelo contratado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1 O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE 01 (UM) CIRCUITO DE FIBRA ÓPTICA DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, COM IP EXCLUSIVO E ALTA DISPONIBILIDADE, COM 200 MBPS (DUZENTOS MEGABITS POR SEGUNDO DE VELOCIDADE), FULL DUPLEX E A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DADOS/INTERCONEXÃO L2L ENTRE A SEDE ADMINISTRATIVA DO SAMAE E SUAS UNIDADES, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE**

**TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL**, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

## 1.2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

### LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	Un.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Serviço de telecomunicações para a implantação e manutenção de 01 (um) circuito de fibra óptica de acesso dedicado à Internet de 200 Mbps (Duzentos megabits por segundo), full duplex, com alta disponibilidade, suporte 24 horas por dia, síncrono, simétrica e IP Público permanente para acesso à Internet.	Mês	12	R\$	R\$
2	Serviço de telecomunicações para a implantação e manutenção de rede privativa de comunicação de dados L2L de 100 Mbps (Cem megabits por segundo) entre a sede administrativa do SAMAE e suas unidades.	Mês	12	R\$	R\$
3	Taxa de instalação/habilitação do serviço de internet, da rede privativa de dados e configuração dos equipamentos necessários para funcionamento.	UN.	22	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$</b>

### 1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.4.** A instalação dos equipamentos, manutenção e o local de execução dos serviços deverão ser realizados conforme o endereço dos locais da *Tabela 2 - Relação dos locais de instalação*. A contratada deverá fornecer a interligação dos pontos da rede de dados entre a sede do SAMAE e todos os pontos descritos na tabela de relação dos locais deste ETP de forma segura e separada de qualquer outra rede que não pertença ao SAMAE, afim de buscar maior segurança e confiabilidade.

ID	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	TIPO/VELOCIDADE
01	<b>SEDE/GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA</b>	Avenida Brasil, nº2350-E, Jardim Floriza, Tangará da Serra/MT, CEP: 78300-200; Latitude 14°36'23.00"S, Longitude 57°28'9.88"O	<b>WAN 200 Mbps Alta Disponibilidade (Dupla Abordagem) / L2L 100 Mbps</b>
02	<b>GERÊNCIA COMERCIAL</b>	Avenida Brasil, nº 50-W, Centro, Tangará da Serra/MT, CEP: 78300-096; Latitude 14°37'10.95"S, Longitude 57°29'17.89"O	<b>L2L 100 Mbps</b>
03	<b>RESERVATÓRIO CIDADE ALTA</b>	Rua Durvalino Minozzo, nº1567-S, Jardim Cidade Alta, Tangará da Serra/MT, CEP: 78306-167; Latitude 14°37'56.94"S, Longitude 57°29'44.93"O	<b>L2L 100 Mbps</b>
04	<b>GERÊNCIA OPERACIONAL</b>	Rua Adelaide Maria de Jesus, nºS/N, Jardim Rio Preto, Tangará da Serra/MT, CEP: 78306-024; Latitude 14°37'53.49"S; Longitude 57°29'26.05"O	<b>L2L 100 Mbps</b>

ID	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	TIPO/VELOCIDADE
05	ALMOXARIFADO CENTRAL	Rua Durvalino Minozzo, nº2014-S, Jardim Cidade Alta, Tangará da Serra/MT, CEP: 78306-167; Latitude 14°38'6.38"S, Longitude 57°29'56.60"O	L2L 100 Mbps
06	ETA – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA	Avenida Lions Internacional, Nº 3951 W, Gleba Esmeralda, Tangará da Serra – MT; Latitude 14°38'6.75"S, Longitude 57°32'21.80"O	L2L 100 Mbps
07	ECOPONTO DE PNEUS	Avenida Brasil, nºS/N, Jardim San Diego, Tangará da Serra/MT, CEP: 78305-100; Latitude 14°38'41.21"S, Longitude 57°31'17.51"O	L2L 100 Mbps
08	ECOPONTO ACAPULCO (SETOR E)	Rua Trinta e três, nºS/N, Jardim Acapulco, Tangará da Serra/MT, CEP: 78301-025. Latitude 14°37'13.44"S, Longitude 57°28'9.56"O	L2L 100 Mbps
09	ECOPONTO ESMERALDA (SETOR W)	Avenida Lions Internacional, nºS/N, Vila Esmeralda, Tangará da Serra/MT, CEP: 78305-207. Latitude 14°37'50.62"S, Longitude 57°31'37.23"O	L2L 100 Mbps
10	ECOPONTO JARDIM DOS IPÊS (SETOR S)	Avenida Tangará, nºS/N, Jardim dos Ipês, Tangará da Serra/MT, CEP: 78307-502. Latitude 14°38'55.95"S, Longitude 57°28'46.37"O	L2L 100 Mbps
11	ECOPONTO TARUMÃ (SETOR N)	Avenida Zelino Agostinho Lorenzetti, nºS/N, Jardim Tarumã, Tangará da Serra/MT, CEP: 78303-094. Latitude 14°35'47.81"S, Longitude 57°30'17.99"O	L2L 100 Mbps
12	RESERVATÓRIO VALÊNCIA	Avenida Espanha, s/Nº, Jardim Valência, Tangará da Serra/MT, CEP: 78304-210. Latitude 14°37'34.80"S, Longitude 57°31'9.67"O	L2L 100 Mbps
13	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA BARCELONA	Rua 34-A, Bairro: Barcelona. Latitude: 14°37'22.95"S, Longitude: 57°30'53.23"O	L2L 100 Mbps
14	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA JARDIM DO SUL	Rua 40, Bairro: Jardim do Sul. Latitude: 14°37'1.44"S, Longitude: 57°28'28.42"O	L2L 100 Mbps
15	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA PARIS	Rua 10 c/ Rua 16, Bairro: Estádio. Latitude: 14°37'25.08"S, Longitude: 57°28'8.64"O	L2L 100 Mbps
16	ESTAÇÃO ELEVATÓRIA PARQUE DO BOSQUE	Rua das Seringueiras, Bairro: Parque do Bosque. Latitude: 14°35'7.47"S, Longitude: 57°28'54.94"O	L2L 100 Mbps
17	ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO	Estrada do Ararão, NºS/N, Tangará da Serra/MT; Latitude 14°35'48.64"S, Longitude 57°28'5.74"O	L2L 100 Mbps
18	RESERVATÓRIO DO DISTRITO DE PROGRESSO	Avenida Pedro Alberto Tayano, Distrito de Progresso. Latitude: 14°39'44.39"S, Longitude: 57°21'43.99"O	L2L 100 Mbps

ID	LOCAL DE INSTALAÇÃO	ENDEREÇO	TIPO/VELOCIDADE
19	RESERVATÓRIO DO DISTRITO DE SÃO JOAQUIM DO BOCHE	Avenida 7 de Setembro, Distrito de São Joaquim do Boche. Latitude: 14°38'32.77"S, Longitude: 57°18'46.51"O	L2L 100 Mbps
20	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA AGROVILA 2	Localizada a aproximadamente 1,3 km da MT-339. Latitude: 14°41'1.12"S, Longitude: 57°45'58.19"O	L2L 100 Mbps
21	RESERVATÓRIO DA GLEBA TRIÂNGULO	Gleba Triângulo, Latitude: 14°46'27.50"S, Longitude: 57°56'1.65"O	L2L 100 Mbps
22	RESERVATÓRIO DO DISTRITO DE SÃO JORGE	Rua Mato Grosso, Distrito de São Jorge. Latitude: 14°39'39.82"S, Longitude: 57°56'45.38"O	L2L 100 Mbps

*Tabela 2 - Relação dos locais de instalação*

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

**2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por sucessivos e iguais períodos, até o limite máximo estabelecido na Lei nº 14.133/2021.

**2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:**

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.**

**2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.**

**2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.**

**2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.**

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, DA GESTÃO CONTRATUAIS E DA SOLUÇÃO

### 3.1. Condições de fornecimento:

**3.1.1** O serviço de instalação deverá ser executado em horário comercial (07:00 as 11:00 das 13:00 as 17:00) de segunda a sexta-feira, conforme os locais demonstrados na *Tabela 2 – acima*.

**3.1.2** prazo para a entrega do objeto não deverá ser superior a 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato ou emissão de Ordem de Fornecimento.

**3.1.3** No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a contratada deverá comunicar por escrito ao SAMAe tal ocorrência, indicando a data em que efetivara a entrega, não podendo o adiamento da entrega ser superior a 15 (quinze) dias corridos.

**3.1.4** Os serviços e instalações deverão ser realizados em sua totalidade, não sendo aceita a entrega parcial destes.

**3.1.5.** Os serviços somente serão considerados aceitos pelo SAMAe quando todas as fases das instalações da internet, forem aprovadas pela fiscalização do SAMAe;



**3.1.6** A entrega dos serviços será considerada aceita somente após ter sido conferida pela respectiva área solicitante e atendidas as especificações e condições exigidas neste termo. Cabe à contratada realizar a instalação, configuração e testes, entregando o serviço totalmente funcional;

**3.1.7** Realizada a entrega do serviço e verificado que foram realizados de acordo com as condições deste termo, o recebimento será atestado pelo SAMAE, por servidor designado.

**3.1.8** Em hipótese alguma será aceito o objeto em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo da contratada o controle de qualidade da prestação dos serviços de sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos as suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

**3.1.9** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o contratante poderá:

**3.1.10.** Com respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

**3.1.11** Com respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

**3.1.12** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do SAMAE deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

### **3.2 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:**

**3.2.2** A empresa licitante também deverá apresentar declaração de que tenha pelo menos duas Rotas de link por caminhos distintos, sendo um obrigatório por fibra óptica, que atenda o município de Tangará da Serra/MT.

**3.3** A Contratada que se consagrar vencedora do certame se responsabiliza pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.

### **3.4 Especificação da garantia do serviço**

**3.4.1** O prazo de garantia contratual dos bens e serviços, complementar à garantia legal conforme estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **3.5 Procedimentos de transição e finalização do contrato:**

**3.5.1** Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **3.6. GESTÃO DO CONTRATO**

**3.6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**3.6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

**3.6.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**3.6.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**3.6.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

## **CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO**

**5.1** As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025 e terão a seguinte classificação orçamentária:

**2161.0000 – SUPERINTENDENCIA ADM. FINANCEIRA**  
**3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO.**

**2162.0000 – GERENCIAMENTO DO DEPARTAMENTO COMERCIAL**  
**3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO.**

**2163.0000 – GERENCIAMENTO DO RESÍDUOS SÓLIDOS**  
**3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO.**

**2164.0000 – GERÊNCIA OPERACIONAL**  
**3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO.**

**2165.0000 – GERÊNCIA TÉCNICA**  
**3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO.**

**5.2** Para o ano subsequente, será utilizada dotação específica daquele exercício.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO**

**6.1** O valor mensal da contratação é de **R\$ ..... (POR EXTENSO)**, perfazendo o valor total de **R\$ ..... (POR EXTENSO)**.

**6.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO**

**7.1** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

**7.2** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de quarenta e cinco (45) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**7.3** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

**7.4** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

**7.5** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

**7.6** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

**7.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

**7.8** - O SAMAe de Tangará da Serra, **não é contribuinte de ICMS**. E a partir de 01 de janeiro de 2016, segundo o convênio de ICMS nº 93 de 17/09/2015, a venda para Não Contribuinte de ICMS, deverá ser calculada a diferença de alíquota nas transações.

**7.9** - As Licitantes deverão estar atentas as exigências tributárias referente ao **IRRF (Imposto sobre a renda retido na fonte)** nos fornecimentos de materiais e serviços, conforme estabelece o Decreto Municipal Nº 003/2023 e a Nota Técnica da Sefaz Municipal Nº001/2023.

#### **Liquidação:**

**7.7.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação e pagamento, na forma do Decreto Municipal;

**7.7.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.7.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.7.4** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, por meio de Certidão de Regularidade de Débitos dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão de Regularidade de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetiva liquidação do pagamento;

**7.7.5** A Administração deverá realizar as seguintes consultas: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

**7.7.6** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

**7.7.7** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**7.7.8** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

**7.7.9** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SAMAe;

#### **Prazo de pagamento:**

**7.8.** Nos termos do artigo 312 do Decreto Municipal n. 110/2023, pagamento da obrigação deverá ocorrer no prazo de até 30 dias, contados da liquidação da despesa, não podendo ultrapassar o prazo de 30 dias corridos, a contar do protocolo da nota fiscal, fatura ou documento equivalente emitidos, junto ao Município de Tangará da Serra – MT, e entrega de todas as documentações exigidas e necessárias ao pagamento da despesa;

**7.8.1** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o término final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação **do índice (ICTI) Índice de Custo da Tecnologia da Informação de correção monetária**;

**Forma de pagamento:**

**7.9.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

**7.9.1** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**7.9.2** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**7.9.3** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**7.9.4** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE (art. 92, V)**

**8.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **09/12/2024**.

**8.2** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, **do índice (ICTI) Índice de Custo da Tecnologia da Informação de correção monetária**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.8** O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1** São obrigações do Contratante:

**9.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**9.3** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**9.4** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**9.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**9.6** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.7** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**9.8** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**9.9** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**9.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**9.10.1** A Administração terá o prazo de 15 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**9.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias, conforme Decreto Municipal n. 110/2023.

**9.12** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.13** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**10.2** Manter preposto para representá-lo na execução do contrato.

**10.3** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**10.4** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência para o atendimento do objeto contratual;

**10.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.

**10.6** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.7** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.8** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante;

**10.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



**10.10** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 05 (cinco) horas, qualquer ocorrência anormal referente aos serviços deste contrato.

**10.11** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, as informações referentes a essa contratação, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

**10.12** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.13** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, nas melhores condições de segurança.

**10.15** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**10.16** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.17** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**10.18** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**10.19** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

**10.20** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.21** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.22** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**10.23** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

**10.24** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

**10.26** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**10.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

**10.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

**10.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**10.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

**Fiscalização:**

**10.6** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados pelo SAMAEE;

**10.7** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

**10.8** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**10.9** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**10.10** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**10.11** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

**10.12** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

**10.13** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

**10.14** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**10.15** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

**10.16** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

**10.17** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

**10.18** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**10.19** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

**10.20** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

**10.21** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**12.1** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**12.2** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**12.3** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**12.4** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**12.5** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**12.6** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**12.7** O Contratado deverá exigir de suboperadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**12.8** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**12.9** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**12.10** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**12.10.1** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**12.11** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**12.12** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

**13.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a empresa que:

a) Der causa à inexecução parcial do presente contrato;

- b) Der causa à inexecução parcial do presente contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do presente contrato;
- d) Ensejar o retardamento da entrega do(s) serviço(s) da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do presente contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do presente contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2.** Serão aplicadas à empresa que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência** – Quando a empresa der causa a inexecução parcial do presente contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Impedimento de licitar e contratar** - Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do caput desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do caput desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo caput, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) **Multa:**

**d.1) Moratória diária**, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, nas hipóteses de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o qual a administração poderá considerar como inexecução parcial ou total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

**d.1.1)** Findo o prazo da alínea anterior, se, por motivo justificado, o SAMAЕ entender ser o caso de receber o objeto, aplicar-se-á a multa nela prevista cumulativamente com os seguintes percentuais, podendo a qualquer tempo considerar que houve inexecução total do ajuste:

**d.1.1.1)** 5% para atrasos de 31 a 40 dias;

**d.1.1.2)** 10% para atrasos de 41 a 50 dias;

**d.1.1.2)** 15% para atrasos superiores a 50 dias.

**d.2) Compensatória** nas seguintes ocorrências:

**d.2.1) De 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) nas seguintes hipóteses:**

**d.2.1.1)** Sobre o valor da parcela não adimplida, para a infração prevista na alínea “a” do caput desta cláusula;

**d.2.1.2)** Sobre o valor total da Ata, para as infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”.

**d.2.2) De 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) nas seguintes hipóteses:**

**d.2.2.1)** Sobre o valor total da Nota de Empenho nos casos de recusa da empresa detentora do Contrato em aceitá-la ou não manutenção das condições de habilitação e qualificação de forma a inviabilizar a assinatura da Ata, atos que caracterizam o descumprimento total da obrigação assumida;

**d.2.2.2)** Sobre o valor do quantitativo remanescente na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação que resultem no cancelamento da Ata de Registro de Preços/contrato;

**d.2.2.3)** Sobre o valor total da Ata/contrato, para a infração prevista na alínea “c” do caput desta cláusula;

**d.2.2.4)** Sobre o valor da parcela não adimplida, para a infração prevista na alínea “b” do caput desta cláusula.

**13.4.** A aplicação das sanções previstas nesta Ata/contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao SAMAЕ.

**13.5.** Todas as sanções previstas nesta Ata/Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**13.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo SAMAЕ à empresa detentora, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

**13.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à empresa detentora, observando-se o procedimento previsto na legislação, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

**13.9.** Na aplicação das sanções serão consideradas:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o SAMAEE;
- e) A implantação ou aperfeiçoamento do programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**13.11.** A personalidade jurídica da empresa poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata/contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a empresa detentora, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**13.12.** O órgão gerenciador deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**13.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.14.** Os débitos da empresa para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**14.2** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**14.3** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**14.3.1** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**14.4** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.4.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.4.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.4.3** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.5** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**14.5.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.5.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.5.3** Indenizações e multas.

**14.6** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



**14.7** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

**14.8** O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**14.9** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**14.10** Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

**14.10.1** A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei n.º 14.133/2021); e

**14.10.2** Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**14.11** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

**14.12** O contratante poderá ainda:

**14.12.1** Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei n.º 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

**14.12.2** Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

**14.3** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

**15.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA APLICAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 003/2023**

**16.1** De acordo com o Decreto nº 003, de 05 de janeiro de 2023, os órgãos da administração pública direta municipal, bem como suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverão proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.



**16.2** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

**16.3** Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no capítulo III da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

**16.4** As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

**16.5** Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SETÍMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**18.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO**

**19.1** Integram este contrato, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2025/SAMAE** e as propostas apresentadas pelas empresas no certame.

**19.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará da Serra/MT para dirimir quaisquer questões que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

#### **CONTRATANTE**

**SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de  
Água e Esgoto de Tangará da Serra/MT**

**Nome e Assinatura do Representante da  
Nome da Empresa  
CNPJ**

**Testemunhas:**

**1ª** \_\_\_\_\_

**Nome:**

**CPF:**

**2ª** \_\_\_\_\_

**Nome:**

**CPF:**